



ACÓRDÃO Nº308/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11463/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Manaquiri.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Francisco Castro Rolim (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Mello - OAB/AM 4331, Lívia Rocha Brito - 6474, Laiz Araújo Russo de Melo - OAB/AM 6897, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193 e Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4592/2020-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manaquiri. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Ofício. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular as Contas do **Sr. Francisco Castro Rolim**, responsável pela Câmara Municipal de Manaquiri ao longo do exercício de 2016, em razão das irregularidades descritas nos itens I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX da fundamentação do Relatório/Voto;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Francisco Castro Rolim** no valor de **R\$ 30.361,19** (trinta mil, trezentos e sessenta e um reais e dezenove centavos) conforme descrição a seguir:

a) com fundamento no art. 54, VI, da LO-TCE/AM c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 13.654,39** em razão das impropriedades descritas nos itens, I, IV, VI, VII, VIII e IX da fundamentação do Relatório/Voto;

b) com fundamento no art. 54, I, "c", da LO-TCE/AM c/c art. 308, I, "c", do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 1.706,80**, em virtude do atraso (item II da fundamentação do Relatório/Voto) na remessa de relatório de gestão fiscal inerente ao 2º semestre, descumprindo o



ACÓRDÃO Nº308/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

art. 32, II, “h”, da LO-TCE/AM;

c) com fundamento no art. 54, V, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, V, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 15.000,00** em razão de débito ao erário na ordem de R\$ 319.159,71 (itens III e V da fundamentação do Relatório/Voto);

Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor das condenações na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Considerar em Alcançe com fundamento no art. 304, I, da Resolução n. 04/02-TCE/AM, ao **Sr. Francisco Castro Rolim** no valor de **R\$ 319.159,71** (trezentos e dezenove mil, cento e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), devido ao dano ao erário descrito nos itens III e V da fundamentação do Relatório/Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Manaquiri.

10.4. Determinar à atual gestão da Câmara Municipal de Manaquiri que evite a ocorrência das impropriedades listadas nos itens I a IX da fundamentação do Relatório/Voto.

10.5. Oficiar o eminente Ministério Público Estadual a respeito das irregularidades identificadas durante a gestão do **Sr. Francisco Castro Rolim** e não sanadas, para que adote, se assim entender, as medidas cabíveis contra o ex-gestor;



ACÓRDÃO Nº308/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.6. Dar ciência do desfecho dos autos aos patronos do interessado, Sr. **Francisco Castro Rolim**, e à atual gestão da Câmara Municipal de Manaquiri.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Abril de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral